



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 63/XI/ 2.^a SL

Aos 2 dias do mês de Fevereiro de 2011, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

1 - Audição a S. Ex.^a o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus antes do Conselho Europeu de 4 de Fevereiro.

Por impossibilidade do Sr. Presidente em estar presente, o Sr. Vice-Presidente Carlos Costa Neves (PSD) deu início à reunião, dando as boas-vindas ao Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus (SEAE).

O Sr. Secretário de Estado, Pedro Lourtie, recordou que o Conselho Europeu fora agendado para debater dois dos eixos fundamentais da Europa 2020: energia e inovação. Destacou a importância para Portugal do processo de implementação do mercado interno de energia, sobretudo no referente à finalização das interligações para Portugal, pela ligação dos Pirenéus à Península Ibérica, e da aposta nas energias renováveis. No respeitante à inovação, salientou a construção do espaço europeu de investigação, de um mercado único digital até 2015 e do investimento público para a promoção da inovação e da investigação. Para além do previsto na agenda do Conselho Europeu, destacou três questões a debater: a criação do mecanismo europeu de estabilidade, o ponto de situação sobre o pacote das seis iniciativas apresentadas pela Comissão Europeia sobre a governação económica e o aprofundamento da convergência política, económica e da promoção da competitividade, onde se incluiria a flexibilização do mecanismo de estabilidade financeira.

Na sequência desta intervenção, tomaram a palavra os Srs. Deputados Luís Rodrigues (PSD), Pedro Brandão Rodrigues (CDS-PP), Paulo Pisco (PS), Honório Novo (PCP), Cecília Honório (BE), Ana Catarina Mendes (PS), que intervieram sobre

os seguintes temas: mercado interno de energia, energias renováveis; instabilidade no mundo árabe e as repercussões no dossier energético; situação no Egipto; vinda do Sr. Ministro de Estado e das Finanças à CAE/AR para debater a posição de Portugal sobre o pacote de governação económica e o mecanismo europeu de estabilidade, nomeadamente a questão das sanções, do montante, da flexibilidade e da articulação com a forma de aprovação dos orçamentos pelos Estados; inovação; relatório anual de crescimento; pacto para a competitividade; aprofundamento das reformas estruturais (aumento dos impostos indirectos, idade da reforma e flexibilização do mercado de trabalho); relatório do Conselho da Europa sobre tráfico de seres humanos e de órgãos no Kosovo; e lei sobre liberdade de imprensa húngara.

O Sr. Secretário de Estado respondeu às questões colocadas, referindo o papel de destaque de Portugal em matéria de energias renováveis, assente em tecnologia e indústria fixadas em Portugal; o apoio de Portugal e da UE às transições democráticas no norte de África, de forma pacífica, acompanhando com preocupação o potencial de instabilidade e de imprevisibilidade associado a estes processos; as propostas apresentadas pela Alemanha, nomeadamente no sentido de uma crescente convergência dos Estados da UE no limite da idade da reforma com vista à sustentabilidade do sistema de pensões, e na incidência fiscal no IRC, a ser objecto de análise, debate e ponderação por parte do Governo e dos restantes Estados-Membros; destacou a importância de se criarem condições que promovam inovação com vista a uma crescente competitividade da economia; referiu que Portugal apoiava uma maior flexibilização do mecanismo europeu de estabilidade e uma solução mais ambiciosa que poderia incluir a possibilidade de *eurobonds* e que manifestara uma concordância geral com as seis iniciativas do pacote de governação económica, salientando duas questões: os desequilíbrios macroeconómicos e a necessidade de equilibrar os países em deficit com os países em superavit e a oposição de Portugal às propostas em negociação sobre a questão das receitas do fundo poderem vir a decorrer das sanções. Considerou que as regras de aplicação do fundo de coesão se deveriam adaptar às fragilidades de cada Estado-Membro, nomeadamente no sector dos transportes e ambiental. Declarou conhecer o relatório do Conselho da Europa sobre o tráfico de seres humanos e de órgãos no Kosovo, considerando que se deveria proceder a investigações sobre o assunto. Por fim, informou que a Comissão Europeia estava a analisar a recente lei de liberdade de imprensa húngara e, no caso de ser detectada a sua não conformidade com os princípios da UE, o Governo húngaro já se mostrara disponível para proceder a alterações.

Numa segunda ronda de questões, tomaram a palavra os Srs. Deputados Cecília Honório (BE), Honório Novo (PCP), João Serpa Oliva (CDS-PP), Luís Rodrigues (PSD), Ana Catarina Mendes (PS) que se referiram aos seguintes assuntos: pedido de clarificação sobre a abrangência das reformas estruturais anunciadas (segurança social e legislação laboral), renegociação do quadro regulamentar e financeiro do QREN, nomeadamente à possibilidade de investimento em estruturas de transportes públicos (possibilidade de redireccionar investimento público para o metro de Lisboa e do Porto); exploração da energia das ondas no dossier das energias renováveis; melhoria do problema de competitividade da economia portuguesa; flexibilização do mecanismo europeu de estabilidade, incluindo a possibilidade de poder adquirir dívida pública; necessidade do envio, por parte do SEAE, dos documentos preparatórios das reuniões com a CAE em português; importância da inovação e das energias renováveis no actual contexto; debate parlamentar sobre o livro verde das pensões; direitos sociais dos trabalhadores e aumento da competitividade.

O Sr. Secretário de Estado respondeu às questões colocadas, reafirmando que o debate ao nível europeu se tem centrado na ligação da idade da reforma à esperança média de vida, recordou que, em Portugal, a lei laboral fora alterada em 2008 e que se encontrava em sede de debate com os parceiros sociais a evolução desse quadro legal, referindo não estar em causa a perda de direitos sociais. Recordou que, nas duas áreas em debate ao nível europeu, Portugal tomara medidas antes do actual período de crise, com a reforma da segurança social em 2006 e da legislação laboral em 2008, referindo que, por outro lado, Portugal não poderia anunciar alterações nestas áreas, uma vez que já se encontravam concretizadas. Considerou a proposta alemã pouco precisa e que quando fosse clarificada a debateriam. Relativamente à situação no Egipto, referiu tratar-se também de um teste ao Tratado de Lisboa e à capacidade de representação externa da UE. Mostrou-se sensível à necessidade dos Srs. Deputados receberem, sempre que possível, documentação em versão portuguesa, envidando esforços para garantir que assim aconteça.

II PARTE

O Sr. Vice-Presidente inaugurou a segunda parte da ordem do dia.

2 - Preparação do Seminário sobre a "Estratégia UE 2020".

O Sr. Vice-Presidente fez um ponto de situação sobre a organização do Seminário sobre a "Estratégia UE 2020", propondo que se realizasse no dia 22 de Março,

terça-feira, da parte da tarde, antes do Conselho Europeu da Primavera de 24-25 de Março. Recordou que se tratava de uma proposta do PSD inserida no Plano de Actividades da CAE para 2011.

O Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD) salientou a oportunidade da realização deste debate, considerando o facto de os Estados-Membros terem de apresentar os seus Programas Nacionais de Reforma (PNR) em Abril, apelando, assim, ao envio de contributos por parte dos demais grupos parlamentares sobre o formato do Seminário. Por fim, referiu que se deveria garantir a visibilidade pública desta iniciativa.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) perguntou se a iniciativa seria aberta a outras comissões parlamentares.

O Sr. Vice-Presidente esclareceu que a iniciativa seria pública e que as comissões com responsabilidades nas áreas da Estratégia 2020 seriam convidadas para o debate e as demais convidadas a participar. Por fim, solicitou contributos aos Grupos Parlamentares sobre temas, oradores e entidades a convidar para o Seminário até ao dia 8 de Fevereiro.

3 - Apresentação da audiência concedida à Tabaqueira em 12 de Janeiro de 2011.

Sobre este ponto interveio a Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) que apresentou uma síntese da audiência concedida à Tabaqueira sobre a possível revisão da Directiva de Regulação dos Produtos de Tabaco - Directiva 2001/37/EC, pela própria e pelo Sr. Deputado Carlos São Martinho (PSD), por parte da Comissão de Assuntos Europeus, tendo estado também presentes os Srs. Deputados da Comissão Parlamentar de Saúde, Rui Prudêncio (PS) e Pedro Rodrigues (PSD). Referiu as várias questões debatidas durante a audiência e o compromisso da CAE atentar na recepção da revisão da referida Directiva, quando a Comissão Europeia publicasse a sua proposta e a enviasse aos Parlamentos nacionais, uma vez que essa intenção se encontrava prevista no Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2011. Nesse momento, as Comissões de Assuntos Europeus, a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Energia e a Comissão de Saúde poderiam proceder ao escrutínio da iniciativa europeia, podendo finalizar com a elaboração de um Parecer a enviar pela Assembleia da República às instituições europeias. Nessa altura, se se suscitasse questões adicionais, avaliar-se-ia da oportunidade da organização de uma nova audiência.

O Sr. Deputado Carlos São Martinho (PSD) precisou que as principais preocupações da Tabaqueira se referiam sobretudo a questões de possíveis distorções da concorrência em relação ao tabaco comercializado pela comunidade anglo-saxónica e alertou para a questão da Tabaqueira importar quase todo o tabaco da América Latina pelo facto da Comissão Europeia ter deixado de apoiar o cultivo do tabaco na UE.

O Sr. Vice-Presidente informou que se confirmava a vinda do Sr. Ministro de Estado e das Finanças à CAE no dia 23 de Janeiro, pelas 09h00.

4 - Apreciação e votação dos Pareceres elaborados na CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

- Relatório da 7.^a Comissão sobre a COM (2010) 728 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera o Regulamento (CE) n.º 1234/2007 do Conselho no que diz respeito às relações contratuais no sector do leite e dos produtos lácteos;

O Sr. Deputado Autor de Parecer, José de Bianchi (PS), apresentou o Parecer, elogiando o pormenorizado trabalho realizado pela Sra. Deputada Relatora da 7.^a Comissão, Carla Barros (PSD). Salientou um excerto do mencionado relatório da comissão especializada em razão da matéria, que refere que *"a proposta de alteração é insuficiente e não corresponde à resolução dos principais problemas com que o sector leiteiro se depara. Na verdade, a proposta deixa de fora a relação com os comerciantes, que na generalidade dos casos absorvem a maior parte dos lucros. Assim, com o regulamento proposto manter-se-á por solucionar a remuneração dos produtores"*, concluiu da observância da iniciativa com o princípio da subsidiariedade, dando, assim, o processo de escrutínio parlamentar por concluído.

O Sr. Vice-Presidente colocou o Parecer a votação, registando a sua aprovação por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS-PP, na ausência do BE e do PCP.

5 - Nomeação de Deputado Autor de Parecer na CAE, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias.

O Sr. Vice-Presidente procedeu à distribuição das seguintes iniciativas europeias:

- A Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, que revoga determinados actos obsoletos do Conselho no domínio da política agrícola comum -

COM (2010) 764 – foi distribuída ao Grupo Parlamentar do PSD, com a referência de que se tratava de uma iniciativa no âmbito do Protocolo n.º 2, anexo ao Tratado de Lisboa, cujo prazo para envio de parecer às Instituições da U.E. terminaria no dia 16 de Fevereiro, pelo que o Parecer deveria ser apresentado na reunião da CAE de dia 15 de Fevereiro de 2011. O Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD), coordenador do seu Grupo Parlamentar na CAE, nomeou o Sr. Deputado Carlos São Martinho (PSD) para a elaboração do Parecer sobre esta proposta.

- A Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Sistema europeu de contas nacionais e regionais na União Europeia (Texto relevante para efeitos do EEE) - COM (2010) 774 - foi distribuída ao Grupo Parlamentar do PS, com a mesma referência. A Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS), coordenadora do seu Grupo Parlamentar na CAE, nomeou o Sr. Deputado António Gameiro (PS) para a elaboração do Parecer sobre esta proposta.

- A Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera o Regulamento (CE) n.º 378/2007 do Conselho no que respeita às regras de modulação voluntária dos pagamentos directos no âmbito da política agrícola comum - COM (2010) 772 - foi distribuída ao Grupo Parlamentar do PSD, com a mesma referência. O Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD), coordenador do seu Grupo Parlamentar na CAE, nomeou o Sr. Deputado Carlos São Martinho (PSD) para a elaboração do Parecer sobre esta proposta.

- A Nota da 8ª CEC sobre o Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre a Primeira avaliação intercalar das iniciativas tecnológicas conjuntas ARTEMIS e ENIAC - COM (2010) 752 Final - foi distribuída ao Grupo Parlamentar do PS. A Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS), coordenadora do seu Grupo Parlamentar na CAE, nomeou a Sra. Deputada Ana Couto (PS) para a elaboração do Parecer sobre esta Nota.

- O Relatório da 3.ª Comissão sobre a Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu, relativa a um projecto de roteiro para a criação do ambiente comum de partilha da informação de vigilância do domínio marítimo da UE - COM (2010) 584 - foi distribuído ao Grupo Parlamentar do PSD. O Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD), coordenador do seu Grupo Parlamentar na CAE, nomeou a Sra. Deputada Vânia Jesus (PSD) para a elaboração do Parecer sobre este Relatório.

6 - Apreciação e votação das actas n.º 55, de 20 de Dezembro de 2010, e n.º 62, de 25 de Janeiro de 2011.

O Sr. Vice-Presidente colocou as actas a votação e registou a sua aprovação por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS-PP, na ausência do BE e do PCP.

7 - Outros Assuntos

O Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD) expressou a sua preocupação quanto ao processo referente à ratificação do Protocolo 36, anexo ao Tratado de Lisboa, que fora objecto de um Parecer da sua autoria a 2 de Maio de 2010, que dera entrada na AR com atraso, em Novembro, e fora remetida à 2.ª comissão, mostrando estranheza e incompreensão pelo processo não se encontrar encerrado.

O Sr. Vice-Presidente referiu que iria transmitir a preocupação expressa ao Sr. Presidente da CAE. Recordou que a próxima reunião da CAE ocorreria no dia 8 de Fevereiro, pelas 15h00, para audição do Sr. Presidente do Tribunal de Contas Europeu com vista à apresentação do Relatório Anual daquele Tribunal (em conjunto com a Comissão de Orçamento e Finanças) e que, às 17h00, decorreria a reunião com o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, pós Conselho Europeu de 4 de Fevereiro.

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio e vídeo e ficará acessível na Internet, na página da Comissão de Assuntos Europeus, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

A reunião foi encerrada às 13:25 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 5 de Abril de 2011.

O PRESIDENTE



(VITALINO CANAS)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
Ana Couto
Arménio Santos
Carlos Costa Neves
Carlos São Martinho
Cecília Honório
Honório Novo
João Serpa Oliva
José de Bianchi
Luís Rodrigues
Paulo Pisco
Pedro Brandão Rodrigues
Sérgio Sousa Pinto
Vânia Jesus
Luísa Roseira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Ferreira Gomes
José Ribeiro
Vitalino Canas

Justificaram a falta os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
António Gameiro
Pedro Duarte